

Stella Cherubins

p7

Iniciou-se o ano com novos governantes, os estados e no Distrito Federal, novos titulares nas secretarias de Educação, todos confrontando-se com velhos problemas no quadro quase geral de precariedade da escola pública.

O refrão — faltam verbas; educação nunca foi prioridade; faltam escolas e salas de aula; rede física das escolas em péssimo estado de conservação; faltam professores na sala de aula — faz, ainda hoje, o coro do lugar-comum das discussões e denúncias em todo o País.

São questões que afligem o ensino público, envolvendo a academia, o Governo, a sociedade civil, os alunos, professores e pais. Aqui se aborda uma questão cuja gravidade tem passado despercebida pela habitualidade com que se apresenta: a retirada do professor da sala de aula, por qualquer interesse. Esse procedimento é tão sério e oneroso quanto a inquietante evasão de alunos. Ensinar nunca foi tarefa fácil, nem é para medíocres e acomodados. Ao contrário, é das mais complexas da vida humana. Ao lado dessa complexidade, outras dimensões de natureza diversa facilitam a fuga do professor da sala de aula. São mecanismos tanto internos dos sistemas de ensino como externos a ele.

Nos internos encontra-se o equívoco de fortalecer a administração central, em detrimento da escola. A crença de que a presença de professores em atividades administrativas e técnico-administrativas contribui significativamente para a melhoria do ensino e a síndrome dos projetos como tábua de salvação constituem forma de alimentar a retirada do professor da sala de aula. A cada "inovação", e em nome dela, elaboram-se "projetos de ação educativa" e leva-se o professor da sala de aula para coordenar o novo modismo.

Não faltam, também, os mecanismos de fuga dos que possuem "alergia

ao giz" ou alergia ao "trabalho com alunos". Tratamento médico para uns, aprimoramento e ética profissional para outros ajudariam a solução.

Nos mecanismos externos, o instrumento formal mais comumente utilizado é a requisição. Requisita-se para outras atividades com uma facilidade extraordinária e, muitas vezes, invocando uma relevância superior até mesmo ao direito da criança e do adolescente de ter uma escola e de ser assistido pelo professor em sala de aula.

Os índices de professores fora de sala de aula são assustadores. São centenas de milhares em todo o Brasil que têm o privilégio de estar, de direito, nos quadros do magistério e, de fato, quase toda uma vida profissional em outras áreas de trabalho.

Também é comum o menosprezo pela atividade docente, na sala de aula, especialmente no ensino de 1º e 2º graus. O preconceito faz com que ela seja considerada uma "tarefa menor".

Menor para se aplicar tanto conhecimento especializado e pós-graduado em níveis tão elementares. No ensino superior a melhor forma de representar o descaso para com aqueles profissionais que, por estilo ou necessidade, optam por maior ênfase de seu trabalho nas atividades de ensino, é apelidá-los, pejorativamente, de "auleiros". Não se pode, evidentemente, deixar de considerar a importância da pesquisa e da extensão, mas é preciso para isso diminuir a grandeza do ensinar? Não são funções indissociáveis?

Lembro-me da surpresa que causei aos doutores que me entrevistaram quando me candidatei ao processo seletivo do programa de pós-graduação no exterior. Minha expectativa era fundamentalmente poder aprender a ensinar melhor, não do ponto de vista tecnicista mas de ampliação de leitura do mundo e da sociedade, de percepção das relações, da apreensão e de construção do conhecimento, das funções e dos papéis das instituições educacionais, da pesquisa e da

avaliação como elementos fundamentais do ato e do fato do aprender-ensinar.

Pesquisa recente realizada pelo Ministério da Educação, intitulada "Relatório da Aplicação Piloto do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau", revela que alguns sistemas de ensino são pródigos no preenchimento do quadro de funcionários das administrações centrais e parcimoniosos no provimento de professores nas salas de aula. Revela, ainda, que a qualidade do ensino, indicada pelos resultados de rendimento escolar, não melhorou nos sistemas de ensino generosos em seus quadros administrativos constituídos de professores afastados de sala de aula. Isso apenas onera o já fraco financiamento da educação.

É preciso, com urgência, reverter esse quadro, o que só será possível com medidas administrativas corajosas, vontade e ação política dos governantes e mudanças de mentalidade. Temo-nos posicionado na defesa da permanência do professor no sistema de ensino e na sala de aula desde os primeiros momentos de nossa administração. Evidentemente, não é tarefa fácil.

Há todavia mecanismos para se buscar reverter o quadro da evasão. Entre outros situa-se a remuneração pelo trabalho em sala de aula, antiga aspiração dos professores. É dentro dessa convicção da relevância e da própria natureza intrínseca do papel do professor, que o governo Roriz, sensível e comprometido com as questões maiores da educação, se dispõe a criar a gratificação de 20 por cento para o exercício em sala de aula, ainda em 1991.

Essa gratificação tem sido uma reivindicação de mais de uma década, que pode transformar-se em realidade, se os professores atentos às conquistas em seu benefício estiverem também atentos aos direitos dos alunos de terem aulas.

■ Stella Cherubins Guimarães Trois é secretária de Educação do Distrito Federal